

**➤ A representação do outro em tempos de pós-colonialismo: uma poética de descolonização literária**

Profa. Dra. Shirley de Souza Gomes Carreira

Doutora em Literatura Comparada-UFRJ

Professora de Literatura Comparada UNIGRANRIO

Coordenadora do Curso de Letras UNIGRANRIO

Recentemente, ao ler um artigo do Prof. Dr. Armando Gnisci, da Universidade de Roma, intitulado “A descolonização que não passa”[1], pus-me a refletir sobre o real sentido do termo “pós-colonial”, bem como sobre as críticas ferrenhas que lhe têm sido feitas contemporaneamente.

Em primeiro lugar, creio ser necessário mencionar a origem do termo e o modo pelo qual atingiu um tal destaque, a ponto de tornar-se uma vertente de estudos acadêmicos. O prefixo “pós” não nos deixa dúvida alguma acerca do conceito em si. “Pós-colonialismo” pressupõe, com certeza, “o que ocorreu, ou ocorre, após o colonialismo”. O problema, na realidade, está na origem dessa idéia de posteridade.

Academicamente, o termo “pós-colonialismo” se reporta a uma série de estudos centrados nos efeitos da colonização sobre as culturas e sociedades colonizadas, que podem ser interpretados como parte da teoria pós-modernista, que busca trazer à baila as vozes das culturas e dos segmentos sociais periféricos. Essa busca de “descentramento”, segundo os teóricos do pós-modernismo, é uma tentativa de “ouvir” as “margens”, incluindo-se aí, todas as minorias raciais, as mulheres e os homossexuais.

Os estudos culturais, fundamentados nas idéias de globalização, democratização e contextualização, passaram a ocupar nos anos 80 e 90, na esfera acadêmica internacional, mas, sobretudo, nos Estados Unidos, o espaço das discussões teóricas, traçando as diretrizes dos estudos literários e humanísticos, que foram acatadas por muitos como um campo profícuo de investigação, muito embora tenham sido, igualmente, rejeitadas por outros tantos.

Os assim chamados “estudos pós-coloniais” focalizam, portanto, as manifestações culturais, entre elas a expressão literária, das nações que conquistaram sua independência após um longo período de dominação política e cultural.

A nossa proposta é questionar o conceito a partir do rótulo que ele cria. Admitir um estado pós-colonial é, conseqüentemente, pressupor que o colonialismo teve um fim. Se examinarmos detalhadamente a história recente dos países que sofreram o processo de colonização, com certeza chegaremos à conclusão de que, em muitos deles, a colonização ainda não terminou. Pelo contrário, ela continua e não só nesses países, mas persiste também na proposta de globalização, cuja forma de domínio se esconde sob a idéia de uma aparente igualdade.

Escritores e críticos de projeção internacional têm sumariamente rejeitado a adoção do prefixo “pós”, por interpretarem-no como uma perpetuação de uma visão segregacionista, que cria, com o rótulo, uma espécie de gueto cultural, onde ficaria alocada a produção crítica e literária oriunda dessas culturas.

Ainda que não queiramos admitir, vivemos e sobrevivemos sob o domínio de um imperialismo detectável na orientação política internacional e na própria formação do cânone literário.

Salman Rushdie, em sua coletânea de ensaios *Imaginary Homelands*[2], rejeita veementemente o rótulo de “literatura pós-colonial”, por ver nele uma forma de raciocínio que não abandona os conceitos de “centro” e “periferia”. A oposição entre o conceito de “identidade” e “alteridade” está no âmago da

relação entre colonizador e colonizado, na interpretação dos critérios de igualdade e diferença.

Sendo um dos muitos escritores migrantes do nosso século, Rushdie reivindica o direito de não ser excluído de nenhuma parte de sua herança, isto é, ele quer ter o direito de ser tratado como um membro da sociedade britânica, porém sem ter de abdicar do direito de debruçar-se sobre as suas raízes, a Índia de sua juventude, como qualquer membro da comunidade pós-diáspora a que pertence.

Para ele, ser imigrante e, principalmente, escritor implica a consciência de que o indivíduo migrante é dono de uma subjetividade que é, ao mesmo tempo, plural e parcial.

Se a distância física de sua terra natal o faz construir uma pátria imaginária, ou melhor, uma Índia invisível, fruto de sua memória e da nostalgia de expatriado, a consciência da perda da pátria real permite o desenvolvimento de uma distância crítica.

A representação do “outro”, em tempos de pós-colonialismo, conforme este tem sido concebido e interpretado, promoverá sempre um processo de exclusão, uma vez que o “eu” ao qual todos os outros se opõem é exatamente o ex-colonizador.

O que Rushdie, assim como o Prof. Gnisci, propõe, de fato, é que haja uma desconstrução da antinomia eu/outro, uma vez que não se pode empregar um rótulo comum para expressar aspectos culturais tão diversos quanto, por exemplo, os da Índia, dos países latino-americanos e dos países africanos.

A situação específica do escritor migrante faz da criação literária um exercício social e político por meio do qual ele busca encontrar novos ângulos de aproximação da realidade.

Um dos fatores a serem levados em consideração é a questão da apropriação do idioma da pátria de adoção.

No caso da Inglaterra, particularmente, a grande onda migratória ocorreu nas décadas de 50 e 60 e, independentemente do seu país de origem— seja ele a Índia, o Paquistão, ou mesmo o Kuwait— todos os imigrantes do Oriente Médio recebem o rótulo de indianos.

Conforme Rushdie faz questão de enfatizar, o rótulo de escritor indiano é tão amplo que abriga exilados políticos, imigrantes da primeira onda migratória, expatriados com residência temporária, indivíduos naturalizados e, até mesmo, os descendentes de imigrantes, que jamais puseram os pés fora da Grã-Bretanha.

Todos eles escrevem em inglês, o idioma do país que os acolheu, mas o fazem de um tal modo que seus textos refletem não só a luta real contra o estigma do “outro”, como a luta interior entre duas culturas.

Adotar o idioma do colonizador não significa aceitar o papel de colonizado, uma vez que, ao reinterpretar a cultura de seu país de origem nesse idioma, o escritor migrante inicia um processo de tradução cultural. Rushdie se autodenomina um “homem traduzido”.

Armando Gnisci (1999) insiste em afirmar que o processo de descolonização passa pela desconstrução dos modelos de dominação que têm orientado não só os estudos culturais como também uma boa parte dos estudos literários contemporâneos. Baseado nessa afirmação, ele opõe o conceito de “Literatura Global”, que é orientada pelo mercado e pela indústria de cultura de massa, ao conceito de “Literatura dos Mundos”, uma literatura de resistência, que recusa o processo de assimilação que lhe é imposto, em prol do reconhecimento da diversidade cultural. Essa literatura é o locus do diálogo entre os “mundos”, isto é, entre indivíduos de etnias e heranças culturais diversas.

Foi Edward Said (1993) quem demonstrou com clareza o vínculo entre as literaturas européias e o colonialismo. Ao tentar compreender e interpretar o Oriente, o europeu criou uma imagem especular, desenhando a imagem do próprio rosto. A representação dos povos orientais foi feita segundo o olhar hegemônico do Ocidente e serviu para consolidar o domínio das nações imperialistas. Não foi por acaso

que a teoria pós-colonial surgiu justamente nos meios acadêmicos dos países que, no passado, ocuparam a posição do colonizador.

Para Gnisci, o olhar da academia deveria estar direcionado para essa "Literatura dos mundos", que revela a capacidade da literatura de traduzir-se e traduzir os mundos, a pluralidade dos discursos e das culturas que se aliam contra a globalização e que mantêm entre si um diálogo aberto através das migrações, das hibridações, da mestiçagem: aquilo que Édouard Glissant denomina "crioulização".

O primeiro passo na direção da descolonização literária seria a rejeição ao prefixo "pós" e o reconhecimento de que as ex-nações imperialistas ainda não renunciaram ao papel do colonizador. O segundo talvez seja iniciar um processo de auscultação dessas vozes que se insurgem e falam de experiências particulares e diversas, sob um ponto de vista que busca aliar a tradição à tradução, fugindo às visões exóticas e folclóricas encenadas pelo olhar hegemônico.

Em busca dos entre-lugares de onde surgem essas vozes, Gnisci dirige o seu olhar para o escritor migrante, que, escrevendo em um idioma que não é o seu, imprime sua marca e a de suas origens em uma literatura nacional que, não sendo originalmente sua, o absorve e incorpora, fazendo com que, na prática, a descolonização literária saia definitivamente das mãos do colonizador.

O caminho para a descolonização, que a literatura torna possível, é, portanto, o diálogo intercultural: um diálogo franco, realista, sem a "pátina" visionária de uma aldeia global que nos tem sido imposta e que nada mais é do que uma forma de dominação constituída sobre a assimetria das relações.

Ao traduzir-se, o ex-colonizado dá-se o direito de contestar as formas estereotipadas e preconceituosas criadas pelos colonizadores, denunciando os interesses ideológicos que nortearam as imagens em circulação. O seu desejo de independência é antes uma luta sobre o direito de representar o seu próprio passado, o que não significa, conforme Rushdie (1991:15) deixa claro, uma maior fidelidade a tal passado, uma vez que o novo entendimento também necessariamente terá de passar pelo processo tradutório.

Para finalizar, gostaria, ainda, de citar Armando Gnisci, ao dizer que "o destino das literaturas dos mundos consiste, talvez, na consciência de estar permanentemente em transição e tradução" [3] e que a literatura é o único espaço onde todas as vozes se tornam audíveis a um só tempo.

#### Referência Bibliográfica

RUSHDIE, Salman. Imaginary Homelands. Essays and criticism 1981-1991. London: Granta Books, 1991.

GLISSANT, Édouard. Introduction à une poétique du divers. Paris: Gallimard, 1996

GNISCI, Armando. Creolizzare l'Europa. Letteratura e migrazione. Roma: Meltemi, 2003.

\_\_\_\_\_. Una storia diversa. Roma: Meltemi, 2001.

\_\_\_\_\_. Poetiche dei mondi. Roma: Meltemi, 1999.

\_\_\_\_\_. "A descolonização que não passa", Duque de Caxias: Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades, ano II, volume III, agosto-setembro, 2003.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

SAID, Edward W. Orientalismo. O oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das

Letras, 2001.

\_\_\_\_\_ Culture and Imperialism. New York: Alfred A. Knopf, 1993.

\_\_\_\_\_ Travelling Theory. Raritan: 3 (1982) , 41-67.

\_\_\_\_\_ "Narrative and geography". New Left Review, n.180, março/abril, pp.81- 100,1990.

---

[1] Texto a ser publicado no número 6 da Revista Eletrônica da Unigranrio.  
<http://unigranrio.com.br/letras/revista/index.html>

[2] RUSHDIE (1991)

[3] GNISCI, Armando. La stagione presente e viva. Migrazione & Letteratura. Neohelicon.  
<http://www.kluweronline.com/issn/0324-4652>